

O CURSO E OS DISCURSOS DA GEOGRAFIA UFMG: DO MITO AO ATO NA PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO MINEIRO

Frederico Rodrigues Bonifácio

fredrodrigues93@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO

O presente trabalho visa reconstituir a influência dos profissionais formados no curso de geografia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, na reafirmação de uma forte identidade regional no estado de Minas Gerais. Tendo em vista, o caráter estratégico da ciência geográfica, bem como o papel central da reafirmação de tradições na constituição de uma unidade territorial, buscamos por meio da bibliografia produzida por esses profissionais e com base em relatos orais colhidos com os mesmos, compreender em que medida estes corroboraram na constituição e ressignificação da mineiridade. A busca por essa reconstituição se insere em um campo mais amplo que visa entender como as identidades regionais e a ideologia nacional corroboram os grandes projetos de integração nacional que asseveraram entre as décadas de 1960 e 1980 durante o período da ditadura militar no Brasil.

Palavras-chave: Identidades Regionais; Mineiridade; Curso de Geografia; Desenvolvimento Regional

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa desenvolvida conjuntamente pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU; e que é coordenada pelas professoras Rogata Soares Del Gaudio, Doralice Barros Pereira e Rita de Cássia Martins de Souza Anselmo. A pesquisa tem por intuito reconstituir a história dos cursos de geografia ofertados nessas duas instituições¹. Este trabalho, contudo, inscreve-se em um campo específico de tal pesquisa, tendo por intuito averiguar se e de que modo os professores que atuaram no curso de Geografia da UFMG, no período de 1960 a 1980, corroboraram ou não a (re)afirmação de certo regionalismo, denominado como mineiridade. Isto foi analisado considerando algumas de suas produções acadêmicas, bem como diagnósticos de economia mineira da qual alguns participaram ou ainda, por meio da atuação direta de alguns desses docentes em órgãos Estatais, especialmente ligados à questão do planejamento regional/territorial. Said (2011: 34) apontou que a importância central de desvelar o passado “não é a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas.”. Nessa perspectiva, o que se busca no presente trabalho não é uma coleção de dados sobre fatos do passado, mas o entendimento de elementos de um passado – talvez ainda presente – que nos ajude na compreensão de questões mais amplas. Consideramos que o entendimento das questões relativas ao curso aqui estudado significa ao mesmo tempo compreender grande parte das nuances da História do Pensamento Geográfico no Brasil, bem como partes nodais da constituição no próprio país, e mais diretamente do Estado de Minas Gerais.

Buscamos para tanto analisar alguns discursos presentes nas falas e nos escritos de alguns desses s profissionais que fizeram a história do curso aqui estudado. Trata-se do discurso dito e do não dito (interdito), do discurso verbal e do simbólico, das diversas formas de se pronunciar e de silenciar diante de algo. Como fez notar Hobsbawm (1984), a invenção de tradições há muito se constitui como uma maneira muito eficaz de estabelecer certa coesão, de manter certa unidade ainda que em desunidade real. Essas tradições, podemos dizer com base em Pechêux (1996), interpelam

¹ Cf. Del Gaudio & Pereira (2012).

os indivíduos como sujeitos, auxiliando-os a se assumirem como entes de uma determinada sociedade, como vinculados a uma dada realidade. Não se trata, notadamente, de afirmar que a geografia produzida na UFMG inaugurou os discursos da mineiridade - esses, sabemos, são muito anteriores ao próprio ao curso -, mas sim, de verificar se em que medida essa(s) geografia(s) corroboraram esses discursos, sobretudo entre as décadas de 1960 e 1980.

Esse recorte temporal não é gratuito. Nesse período as políticas de integração foram extremamente caras ao Estado, tanto no âmbito nacional quanto regional. É certo também que esse tipo de intervenção estatal não tem origem no referido período. A Era Vargas², por exemplo, também se mostrou profícua na busca por um desenvolvimento nacional, associado ainda à construção de uma identidade nacional. Contudo, entendemos que o período em voga resguarda uma série de especificidades as quais não podemos deixar de mencionar. A década de 1960 marca o início da ditadura militar no Brasil, e com isso inaugura novas formas de pensar estrategicamente o território. Se a busca pelo desenvolvimento não é uma novidade, podemos dizer ao menos que ela aparece por outros meios, com novas formas de entendimento sobre o espaço brasileiro, e com interesses específicos. É precisamente nesse contexto que a ciência geográfica assume papel fundamental. Se em momentos pretéritos a *geografia dos professores* (Lacoste, 1988) mostrava-se primordial, agora era a *geografia dos estados maiores* (Lacoste, 1988) que era chamada a dar sua contribuição para a constituição de identidades nacionais e regionais, mas, sobretudo intervir sobre o território brasileiro. Outrora, “a geografia foi chamada a dar sua contribuição à constituição imaginada da nação brasileira como disciplina escolar, sobretudo na medida em que é a Geografia que acaba por fornecer a matriz para a construção de ‘nosso orgulho e identidade nacional.’” (DEL GAUDIO, 2007: 53). A partir principalmente da década de 1960, o bacharelado ganha papel de destaque tanto para intervenções diretas sobre os territórios, como na reafirmação de um discurso de unidade dos mesmos. Nosso recorte cessa-se na década de 1980 por três motivos principais: a regulamentação da profissão de geógrafo em 1979³, a criação da pós-graduação em geografia na UFMG, e o final da ditadura militar no Brasil, em 1985.

METODOLOGIA

A busca pela reconstituição da história do curso aqui estudado vem sendo realizada em duas frentes conjuntas. Trata-se de um estudo bibliográfico – das produções dos ex-docentes do curso em tela, bem como da realização de conversas como os mesmos. Os diálogos com os antigos professores tem como base procedimentos relativos à história oral temática, que como salienta Alberti (1996), busca privilegiar o vivido conforme concebido por quem o vivenciou. Até o presente momento foram realizadas oito entrevistas, totalizando aproximadamente 25 horas de arquivos de áudio. Uma vez transcritos, esses relatos se tornarão documentos e fontes para pesquisas na área de História do Pensamento Geográfico. A importância desses relatos está no fato de eles trazem à tona os embates e a miríade de concepções que os documentos oficiais e as produções acadêmicas tendem a silenciar ou a não evidenciar, uma vez que muitas vezes apresentam os resultados finais de determinados processos, mas não, as discussões e descensos presentes em sua construção. Contudo, os relatos, bem como a pesquisa bibliográfica trazem, além das concepções dos ex-docentes, silenciamentos; no lugar de respostas precisas, esquecimento ou imprecisão na resposta. Isto, entretanto, de modo algum se apresenta como um problema, ao contrário tem muito mais a dizer do que a omitir. A lembrança e o esquecimento são, de acordo com Amorim (2012), duas propriedades da memória, que em sua conjugação trazem à baila o que o sujeito consciente ou inconscientemente toma como dotado de relevância.

Pensar na construção da memória é pensar em variadas formulações conceituais,

² Getúlio Vargas, presidente do Brasil entre 1930 e 1945.

³ A profissão de geógrafo é regulamentada no Brasil em 26 de junho de 1979 pela lei 6664/79, que determina as atribuições profissionais do geógrafo, que vincula-se então ao Confea – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

seja como um jogo entre as lembranças e o esquecimento, apontados por Freud como uma construção social materializada nos quadros sociais (linguagem, tempo e espaço). Para Halbwachs memórias individuais, grupais e coletivas, são construídas na subjetividade e representadas em discursos sociais. (AMORIM, 2012: 108).

Na mesma medida, os *vazios* notados na bibliografia consultada também nos dizem muito. O discurso interdito, baseado “em verdades que não necessitam ser ditas”, em coisas que são “entendidas por si mesmas”, constituem um *discurso lacunar*. Discurso esse que se despersonaliza em um *eu*, colocado a certa distância da realidade sobre a qual versa, colocado em uma posição de quem observa a realidade sem alterá-la, isto partindo sempre de um a priori, que é pressuposto como basilar e unânime aos indivíduos interpelados.

A partir de que posição se produz o discurso lacunar? Não há na sequência acima um “eu” que se apresenta como responsável, mas sim uma voz anônima, universalizada (“Não há quem...deixe de notar”, “muito se opulente o patrimônio inventariado”, “há que respigar na seara recolhida pelos grandes lexicógrafos”). As lacunas são notadas pelos leitores e a prática lexicográfica é significada como uma leitura acompanhada da prática da anotação, coleta, indicação. (NUNES, 2008: 64).

Dessa forma, o conjunto dos discursos orais e escritos dos ex-docentes do curso constitui uma importante fonte de pesquisa, que nos permitirá a construção de uma panorama das concepções, práticas e campos de atuação desses profissionais.

GEPOLÍTICA, IDENTIDADES REGIONAIS E HISTORICISMO

No período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) os discursos nacionalistas se asseveraram, tornaram-se meio fundamental para legitimar as ações do Estado, que supostamente se pronunciava em nome de um todo coeso. Em uníssono ecoava a ideia de nação, que em muito concorda com a ideia de modernidade, porque esta afirma a existência de uma comunidade atemporal, cuja legitimidade permanece na preservação de uma herança arcaica (THIÈSSE, 2014, p. 61). Se por um lado, os discursos em nome da nação ganhavam força, em outra escala, mas dentro de um mesmo processo, os discursos regionais reassumiam um importante papel. Fazia-se necessário que cada unidade da federação constituísse um todo coeso, para que a integração nacional se tornasse possível. Nesse processo em que os tempos históricos e as escalas espaciais parecem se entrelaçar, Minas Gerais buscava – como já fizera ainda no período colonial – se afirmar enquanto um estado central na federação brasileira, uma espécie de fiel da balança (WIRTH, 1982). As elites políticas e econômicas do estado pareciam vislumbrar não apenas um Brasil integrado, mas que essa integração tivesse Minas Gerais como centro e berço. Nesse intento, o regionalismo ganhou centralidade nos estudos geográficos e nos diagnósticos de economia – muitos deles realizados por geógrafos. Como apontou Servilha (2012), muitas foram as regiões criadas por diagnósticos e relatórios científicos.

Enquanto categorias de análise, as regiões não existem em si mesmas, são postuladas, delimitações empreendidas seja por pesquisadores, seja pelo Estado, ou por ambos, não sem intencionalidades. Uma mesma localidade pode integrar diversas regiões, sendo cada uma dessas regiões/regionalizações delimitada com vistas a objetivos específicos. Regionalizar consiste em criar ou ressaltar similaridades entre localidades, homogeneizando-as internamente, ao mesmo tempo em que se ressaltam as diferenciações em relação ao que lhe é externo. A constituição dessas “unidades espaciais” encontram na natureza e em seus recursos, importantes expressões para sua reafirmação.

Hoje em dia é possível evocar uma nação simplesmente mediante a paisagem: a publicidade e os pôsteres turísticos o fazem regularmente. E se a leitura é feita sem ambiguidade, é porque uma codificação da natureza em termos nacionais foi feita

no século XIX por pintores, poetas e romancistas. [...] Mas, como determinar uma paisagem que represente ao mesmo tempo um resumo e um emblema de uma nação, sabendo que a maioria dos países tem no seu território uma vasta gama de possibilidades (montanhas, colinas, planícies, florestas, campos, rios, etc.)? (THIÈSSE, 2014: 55).

Nesse sentido, Lacoste (1988) foi perspicaz ao apontar que a produção de mapas turísticos, rodoviários, etc., se constituem como importante meio para a reprodução de determinadas concepções acerca do espaço. Tais produções, aparentemente desprezíveis, fazem emergir dois efeitos, a atemporalidade e a inutilidade⁴. Os mapas são tomados pelos indivíduos por eles interpelados como um dado fixo, como certo sepulcro da realidade, que nas representações cartográficas parece se condensar. Do mesmo modo, os mapas se apresentam como uma simples colação de dados, algo quase inútil, quando muito como conhecimento enciclopédico. Por trás dessa aparente frieza e inutilidade os mapas escondem ideologias e sua função política. A eficácia política cartográfica reside precisamente nessa tríade: atemporalidade (aparente), inutilidade (aparente), conhecimento estratégico (interdito). Assim, entendemos que as representações simbólicas constituem um campo de fundamental importância para a compreensão de contextos políticos. Os mapas, cartogramas, coremas, anamorfoses nunca são produzidos sem uma intencionalidade específica de modo que entender um de fato um mapa é entender o que imane do seu contexto de produção. (BONIFÁCIO, 2015).

Podemos entender aqui, os mapas, hinos, bandeiras, e, sobretudo o patrimônio cultural como espécies de monumentos, que como apontou Lefebvre (1999), tem por função criar uma unidade em torno de si, mas a cria a fim de dominá-la. Tal como Bakhtim (1992) nos apontou, que sem signos não há ideologia, e que tudo o que é ideológico é um signo, podemos dizer que sem monumentos, sem representações, não há mito, e sem mito, os postulados regionais não subsistem. Mas em que consistem os mitos? Inicialmente há que se reestabelecer uma unidade por nós mesmos cindida no presente trabalho. Apontamos desde o título, uma aparente dicotomia entre mito e ato, mas é preciso demonstrar que estes não são movimentos distintos, que estes se realizam enquanto um *todo*. “Uma vez dito, escrito, contado, em alguma medida reproduzido o mito também é ato e o ato também é mito.” (BONIFÁCIO, 2015: 19). Mas a aparente cisão não é gratuita e nem perde totalmente o sentido. O mito para se realizar – se tornar ato –, carece de um tempo sobre o qual irá versar, carece ainda de signos, de representações que irão perpetuá-lo. Explicitemos. Se o mito necessita de um tempo, qual é então o *tempo do mito*? O mito – uma fala do presente, ainda que se refira ao passado – contém a vocação do domínio incontestado do tempo. O acontecido é como as horas antigas que ficam mais perto da gente. “Embrulhar as diversas dimensões do tempo é a natureza do mito.” (ARRUDA, 1990: 124). O mito não é a mera museificação da história mas sua ressignificação, é a superação do tempo histórico, na medida em que o contém. O mito apresenta-se como atemporal, como justificativa perene para a realidade de qualquer tempo presente. Não raro fatos históricos, ou mesmo lendas do período colonial são trazidos à baila para justificar e legitimar ações no presente. Contudo, a realização do mito necessita ganhar materialidade, ancorar-se em representações. Estas, por seu turno, se distinguem do mito, rompendo sua estrutura primária, estabelecendo novas conexões baseadas nas diferenciações. (ibidem: 131). As representações como já denunciara Foucault (1999), não versam prioritariamente sobre o que representam, mas distinguem seu objeto no que não representam. Criam sobre o mito primeiro, uma segunda mitologia que não mais tem de lidar com as tensões internas da realidade que expressa, mas colocar-se diante de outras realidades se afirmando enquanto *alter*.

Dessa maneira, podemos recorrer a Benjamin (1996), para afirmar que reconstituir um passado de modo a desvelar o que é ocultado pela história “contada pelos vencedores”, é “escovar a história a contrapelo”. As sociedades que cultuam seus monumentos, sejam eles materiais ou simbólicos, sem desvelar o que eles ocultam para além da mera representação estética, condenam-se

⁴ “em si mesmo, um instrumento não possui um sentido preciso, mas uma função.” (BAKHTIN, 1992: 31).

a carregar seus patrimônios como quem guia um cortejo fúnebre.

A natureza dessa tristeza se tomará mais clara se nos perguntarmos com *quem* o investigador historicista estabelece uma relação de empatia. A resposta é inequívoca: com o vencedor. Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 1996: 225).

Assim, o esforço aqui empreendido é por desvelar características tomadas como intrínsecas e atemporais, que podem ser – e geralmente o são – construções históricas, mas não de qualquer história, da história daqueles que a contam, dos vencedores. Ou seja, uma história das elites. Como apontam Adorno e Horkheimer (1977), a naturalização das tradições tende a perder de vista o caráter social da própria sociedade, buscando explicar o social no natural (na ontologia e na perenidade), perde-se assim a oportunidade de captar que essas mesmas tradições são frutos de instituições sociais. Há que se notar que toda identidade é antes, não identidade, ou seja, construção. A contradição é o não idêntico sob o aspecto da identidade; o primado do princípio de não contradição na dialética mensura o heterogêneo a partir do pensamento da unidade. Chocando-se com os seus próprios limites, esse pensamento ultrapassa a si mesmo. A dialética é a consciência consequente da não identidade. (ADORNO, 2009: 13).

Entendemos, pois, que na medida em que buscamos pensar os postulados nacionais e regionais como constructos (não identidades), a reflexão acerca da mitologia da mineiridade (ARRUDA, 1990), não pode se dissociar da ideologia e do conflito de interesses, que constituem um campo de forças específico sobre o qual a geografia da UFMG se debruçou – e se constituiu – entre as décadas de 1960 e 1980. Como afirma Bourdieu (2004b), o fazer científico pode ser entendido como um jogo. A partir do momento em que admitimos que o jogo merece ser jogado, incorporamos suas regras e coadunamos com seu sentido, como se este, justificasse por si mesmo todo o intento de jogar. Assim, um *habitus* científico se amolda a partir de um campo sobre o qual atua (BOURDIEU, 2004a), se tornando ele próprio, um campo, em que diversas práticas – *as regras do jogo* – se perpetuam. Dessa forma faz-se necessário considerar que os profissionais aqui estudados não se encontram demiurgos de seu próprio campo de ação. Estão eles próprios imbuídos de determinadas ideologias, que conscientemente ou não, reproduzem. Como já apontou Lefebvre (1977: 187) “Os homens fazem a sociedade e a História, mas sem saber como, numa mescla ambígua de conhecimento e ignorância, de ação consciente e cegueira”.

O QUE ENUNCIAM OS DITOS E OS ESCRITOS?

No presente tópico apresentaremos algumas das repostas dadas pelos docentes quando interpelados acerca das questões afeitas à mineiridade. Devido ao tamanho limitado do presente trabalho não foi possível trazer um maior número de relatos, nem discorrer de maneira mais aprofundada sobre os que aqui se encontram. Contudo, entendemos que os trechos que se seguem não carecem de delongadas análises, haja vista a clareza das falas dos professores interpelados. Uma das questões que orientam as entrevistas realizadas com docentes aposentados do curso de

Geografia ofertado na UFMG, diz respeito às suas concepções a respeito da mineiridade. Destacaremos a seguir, algumas respostas desses entrevistados acerca do tema.

Entrevista com a professor Janine Le Sann⁵

*Não é muito minha área não... em termos de mineiridade... nunca pensei no assunto (risos). Não, não sei. Talvez esse negócio de não se expor muito para fora. Eu acho que a gente ficou muito na dependência da UNESP⁶ durante muito tempo, até perceber afinal das contas a gente não era pior do que eles, a gente podia caminhar sozinho. E... de uma certa maneira, a gente teria que se separar deles e a gente estava auto suficiente, a gente não precisava mais. [...] Que eu conheci, eu não sei, eu não percebi o sentimento de ser mineiro em relação aos outros. Eu só, eu só senti quando eu... quando os meus colegas de São Paulo falavam da realidade deles como se fosse a realidade do Brasil. Eu falei: “Vocês não conhecem o Brasil, porque a realidade em Minas não é assim. Tem uma parte de Minas que é assim, mas tem outra que totalmente diferente.” **E Minas a gente fala que é um reduzido do Brasil, “Vocês precisam viajar mais.”** (Entrevista com a professora Janine Gisele Le Sann em 5 de setembro de 2013).*

O trecho supracitado evidencia ao mesmo tempo uma grande identificação da professora com estado de Minas Gerais, e relativa endogenia dos geógrafos deste estado. O conhecimento aprofundado das características do território mineiro recorrentemente aparece nos relatos dos docentes como sendo uma especificidade dos geógrafos mineiros. Chama a atenção o fato de que, mesmo não sendo natural do estado, a professora Janine Le Sann, traga em sua fala este mesmo discurso, o que evidencia a possibilidade de que a geografia mineira constitua um campo específico dentro da geografia brasileira.

Entrevista com o professor Carlos Magno Ribeiro⁷

*Mas eu não sei, olha, uma coisa é certa: Se você me perguntar, o que eu vejo a mineiridade, por exemplo, a geografia mineira, a geografia mineira não, a literatura mineira, talvez mais do que a geografia. Não, eu acho que a geografia tenha, a geografia, você está falando da geografia escolar, formal. Tem a geografia do IGC, não, talvez não tenha pensando a minha mineiridade não. Pois é, na escolar também. Na escolar. No IGC eu estou incluindo tudo. Eu fui ... só mais no final da minha vida profissional acadêmica, porque eu comecei a cultivar mais a literatura que eu acho que descobri, que aprendi muito a mineiridade e **cultivo muito a mineiridade**. Mas eu não acho que a escola, a escola, eu como aluno, como professor da Federal, da Católica. [...], acho que os trabalhos de campo talvez me tenham levado a isso, é o que eu estou pensando. Talvez os trabalhos de campo. Esse contato direto (bate com a mão na mesa), não o acadêmico, quer dizer, o contato com a realidade, com o espaço físico, atendendo o espaço urbano, mas que me tem alimentado, isso é indiscutível, o que tem alimentado a minha mineiridade é a literatura. [...] **não é ser bairrista não. É gostar de Minas Gerais. Da cultura, das raízes, das tradições, da culinária, por exemplo... Do espaço físico, da geografia mineira e aí quando falo geografia, a geografia como um todo, a paisagem mineira...** [...] Isso que eu estou dizendo, talvez os trabalhos de campo talvez tenham me*

⁵ Oriundo da região do Alto Paranaíba (Minas Gerais), e residente em Belo Horizonte desde o ano de 1965 o professor Carlos Magno dedicou-se em sua contribuição à Geografia da UFMG às disciplinas de climatologia e biogeografia. Contudo, sempre demonstrou grande interesse pela História, não se distanciando, portanto, das questões mais caras à geografia humana. O professor compôs em 1978 um grande projeto que solucionar ou ao menos mitigar os problemas causados pela seca no Norte de Minas, tendo então, contribuído diretamente em ações sobre o território mineiro nos períodos da integração nacional.

⁶ Universidade Estadual Paulista.

⁷ Oriundo da região do Alto Paranaíba (Minas Gerais), e residente em Belo Horizonte desde o ano de 1965 o professor Carlos Magno dedicou-se em sua contribuição à Geografia da UFMG às disciplinas de climatologia e biogeografia. Contudo, sempre demonstrou grande interesse pela História, não se distanciando, portanto, das questões mais caras à geografia humana. O professor compôs em 1978 um grande projeto que solucionar ou ao menos mitigar os problemas causados pela seca no Norte de Minas, tendo então, contribuído diretamente em ações sobre o território mineiro nos períodos da integração nacional.

ajudado bastante. O IGC favoreceu isso. [...] Mas mineiridade para mim é isso, as raízes, históricas, cultura, é... Até mesmo aqueles estereótipos do mineiro, da mineiridade, que eu acho que são até mais que estereótipos: conservador, desconfiado... eu gosto disso, eu não acredito que exista muito isso mais não, mas gosto... Quer dizer, tem coisas que eu não concordo não. Mas eu gosto da mineiridade. Não sei se ela já existiu não, mas, se ela já existiu, não está existindo muito mais não. Mas, Minas Gerais é muito interessante. Minas Gerais é muito interessante. (Entrevista com o professor Carlos Magno Ribeiro em 06 de março de 2013).

O professor Carlos Magno denota em seu relato uma forte ligação com o estado de Minas Gerais e, embora, se contraponha aos estereótipos do mineiro, reforça em outros momentos as características gerais do estado, sobretudo no que tange à cultura e às paisagens naturais.

Entrevista com o professor João Francisco de Abreu⁸

Mineiridade é outra coisa politicamente, acho que todos... cada um de nós que estamos aqui em Minas Gerais temos toda essa visão boa do quê que é. O que nós queremos muito é melhorar a qualidade de vida do mineiro. Principalmente acabar com as desigualdades regionais, sociais. Na geografia um ponto clássico é esse. Mapear. Tem muito mapa sobre qualidade de vida no Brasil, daqui a pouco fazem um sobre Minas Gerais com esses dados novos do IBGE. Para ver como é que aconteceu, de 91 para cá, para 2000, melhorou muito, depois de 2000 pra 2010, isso aí a gente tem que olhar, com os mineiros, o que é que está acontecendo, o que nós queremos aí. (Entrevista com o professor João Francisco de Abreu em 24 de março de 2014).

O discurso lacunar se faz evidente na fala do professor João Francisco, no trecho em destaque, o sujeito da fala é personificado em uma generalização positiva. A mineiridade é tomada como algo dado, que todos os mineiros têm consciência em diferentes medidas. Generalização muito comum na maior parte dos relatos; denotando que as questões afeitas a esse regionalismo não apresentam aos ex-docentes em suas contradições, em suas não identidades, mas como algo entendido por si mesmo, e como tal não passível de grandes discussões.

Entrevista com o professor Oswaldo Bueno Amorim Filho⁹

Olha, é muito interessante isso aí, que você está perguntando pelo seguinte: por causa dessa evolução de um certo afastamento do Rio e São Paulo que ocorreu durante a década de [19]70 e principalmente nos anos oitenta. Estou falando das capitais. Houve, havia um núcleo de pesquisadores que trabalhavam muito sobre Minas. Duas coisas me chamavam atenção: a parte física era muito forte, mas ela era, sobretudo, mineira. A geografia agrária, ela era muito diferente da que era feita no resto do Brasil. Eu acho que os professores de agrária aqui de Minas não podiam ser transportados integralmente para fora. Eu mesmo, só para dar um exemplo, eu estudei

⁸O professor João Francisco possui dupla formação, tendo se graduado inicialmente em ciências econômicas e posteriormente em geografia. Este percurso foi fundamental para sua entrada no Departamento de Geografia como professor de Geografia Econômica. No decorrer de sua trajetória profissional se aproximou da área de cartografia, o que em muito impulsionou sua ida para os Estados Unidos onde cursou doutorado, sendo ele um dos primeiros docentes da geografia UFMG a se doutorar nos Estados Unidos. Sua formação multifacetada permitiu que o professor fosse pioneiro em vários aspectos, criando por exemplo, o primeiro laboratório de geoprocessamento da UFMG. Desenvolveu ainda modelos de desenvolvimento econômico e estudos regionais, tendo como foco quase sempre o estado de Minas Gerais.

⁹ Este professor foi um dos mais atuantes dentro do Departamento de Geografia da UFMG, sendo inclusive um dos criadores da pós-graduação do mesmo curso. Ao longo de sua carreira, Amorim Filho se dedicou a várias áreas dentro da ciência geográfica, tendo tratado de questões afeitas à epistemologia, à geografia urbana e mesmo à geografia da percepção. Realizou vários estudos regionais sempre tendo como objeto de estudo o estado de Minas Gerais; dedicou-se ainda ao estudo e elaboração de modelos para as cidades médias do mesmo estado. Tendo ele, portanto, uma grande imersão nas questões relativas ao estado. O professor Oswaldo foi, entre todos os docentes até agora entrevistados, o que mais se delongou nas questões sobre a mineiridade. Respondendo a questão inclusive sobre óticas distintas. Embora seja bastante extensa, nos esforçamos para manter a resposta do professor o mais próximo possível da íntegra, haja vista a riqueza das pontuações feitas por ele.

a minha vida inteira quase que só as cidades médias de Minas Gerais. [...] A ideia que está por detrás disso é uma coisa de dois polos diferentes para nós do IGC durante muito tempo. . Ou você era uma pessoa que estava ligada a Minas Gerais e nesse caso pode ser até eu fosse acusado de provincianismo. . Olha para você ver que coisa engraçada. Mas, era falso esse complexo de miosótis. Eu sempre discuti isso. Eu aceito que ele existia, mas ele era falso por uma razão. Se de um lado nós tínhamos coragem de trabalhar em Minas, de produzir sobre Minas e isso passa de uma valoração especial que a gente dava para Minas, de outro lado nós tínhamos ligações no exterior que às vezes, programas e cursos que o Rio de Janeiro e São Paulo não tinham. ... Não passavam pelo Rio ou por São Paulo. Iam daqui para Paris direto, por exemplo. Olha quantos estudantes saíram de Belo Horizonte sem passar pelo Rio e foram pra França ou foram pra Inglaterra? Então é como se Minas Gerais fosse um país que tivesse uma ligação direta com os grandes focos do conhecimento. [...]. Então, o que eu estou querendo dizer, é uma mineiridade no sentido não tanto cultural do pão de queijo, do Uai, nesse sentido. Mas, era uma certa... Como Minas Gerais é muito grande, **Minas Gerais é maior do que a França um pouquinho** como ela era tão diferenciada em termos de paisagem e tudo mais, nós achávamos que nós não podíamos generalizar o que nós trabalhávamos aqui. E havia um certo recolhimento também. A gente tinha um pouco de medo. Porque como o Rio de Janeiro e São Paulo eram imperialistas nesse sentido e eu falo isso no gravador e fora dele porque eram mesmo. Achavam que eram o centro. Nós... Porque você ia ter relações com professores e centros para os quais você já começava numa posição inferior, sendo que a gente era muito valorizado na França, Alemanha, e Inglaterra? Para falar dos centros maiores. Então a questão da mineiridade para nós, se coloca de uma maneira diferente. Existe um foco nas pesquisas em Minas, sem dúvida nenhuma. Eu quis estudar recentemente outras cidades por influência de colegas aqui do programa. Por exemplo, eu escrevi um artigo sobre Rio Branco como uma cidade média, de Roraima com o Alexandre, porque é a grande área de pesquisa dele. E ele me (...) “vamos fazer isso. Você trabalha com cidades médias há décadas”. E é verdade e vamos fazer um trabalho. Mas, eu? Por minha iniciativa? Eu acho que Minas Gerais preenche todas as minhas curiosidades e necessidades e ainda sobra. Tem muita coisa para esses meninos que virão. [...]. Mas, ao mesmo tempo eu acho que isso é a resposta. Nós precisamos nos alimentar epistemologicamente. Rio e São Paulo já não nos satisfaziam mais. Esse é o ponto. Agora há outras razões. [...]E essa ligação foi muito forte de Minas com a Geografia francesa, com a geografia Alemã. [...]é muito difícil você avaliar o que tipo de influência algum acontecimento, algum professor, alguma publicação, . Eu acho que uma coisa que fica evidente é uma posição e aí eu acho que a mineiridade no sentido tradicional é... O IGC é, o departamento de geografia do IGC sempre foi muito cuidadoso na assimilação das grandes novidades. **Eu me coloco, o nosso curso lá, na posição que a França teve mundial.** Eu estou falando aqui o nosso caso no nível de Brasil. As grandes mudanças paradigmáticas elas aconteciam primeiro, fora de Minas, elas eram aceitas muito rápido. Aqui em Minas elas eram aceitas, mas filtradas. Eu diria que nós tivemos uma posição crítica da Geografia, mas não no sentido da geografia crítica, mas no sentido filosófico puro dessa expressão. Sentido grego do criticismo. [...] [o]que era uma novidade no Brasil, muita gente aceitando, mas nós do Geociências estávamos “vamos ver no que isso vai dar. Até que provem o contrário isso ainda está na geladeira para depois a gente ver”. A gente aceitava, mas com filtro. [...]Então, de um modo os professores de Minas Gerais sempre tiveram um papel que era o dos políticos no passado – porque agora eu não sei, agora está tudo nivelado – no passado **os políticos de Minas Gerais eram uma espécie de fiéis da balança.** É tanto que eles foram mais presidentes do que vice-presidentes. Era uma reserva no caso de dar errado você apela para quem? Para quem tem um pouco de equilíbrio. **Muita gente vai considerar isso como conservadorismo. Eu nunca achei como conservadorismo. Eu acho que é uma sabedoria.** [...] Essa é uma contribuição de Minas para a evolução da geografia no Brasil. Agora você falar que alguma novidade nasceu em Minas e se espalhou pelo Brasil eu não me lembro. Talvez as cidades médias, mas aí eu estaria falando de mim. Talvez, mas isso eu não vou falar. É obvio que nós tivemos um papel e aí eu me coloco no grupo, nós todos tivemos um papel no sentido de servir de intermediário entre as ideias que eram desenvolvidas entre os grandes centros da geografia

mundial e o Brasil e Minas. É claro que nossa área de relacionamento, para não falar área de influência é muito mais Minas mesmo. [...] Olha, eu vejo que esse fato do curso de geografia, por exemplo, há coisas através do IGC de importância para sociedade mineira. Por exemplo, eu tenho certeza que se não fosse o IGA¹⁰, o IGA não teria feito o material que ele produziu de mapeamento. Sabe? Ou então os organismos do Estado não teriam podido fazer o planejamento que eles fizeram. Está aí o caso do BDMG, o primeiro BDMG¹¹ que eu falei. Agora, eu ainda acho apesar de você ter alguns exemplos de nomes isolados importantes aí no IGC, eu acho que a grande contribuição foi a formação de professores que era de um nível que era acima da média. Aí, eu estou me referindo ao conjunto, ao conjunto de estudantes formados de professores formados na graduação do IGC – nem estou pensando em pós, que isso já é uma outra etapa. É uma etapa que eu vi só o comecinho. Mas, de graduação o IGC formou geógrafos para o Brasil inteiro. Se você olhar o grupo de trabalhou no projeto RADAM¹², você vai ver o tanto, aí no campo da pesquisa, o tanto que o IGC foi importante. Gente que fazia o curso no IGC fazia concurso em qualquer lugar no Brasil. Eu não, nós devíamos ter pesquisas sobre os (...). Nós não temos essas pesquisas. Mas, eu tenho certeza absoluta que nós tínhamos ex-alunos espalhados e que tiveram influência no Brasil. Por causa da qualidade da graduação. Em termos de eventos, ou acontecimentos, ou líder, assim, é difícil você lembrar. Eu me lembro de alguns poucos. Roberto Messias, por exemplo. Alguns que trabalharam no PLAMBEL¹³, por exemplo. (Entrevista com o professor Oswaldo Bueno Amorim Filho em 03 de outubro de 2012).

Dentre todos os relatos acerca da mineiridade, a fala do professor Oswaldo Bueno é a que mais nos oferece elementos para tratar da questão. A endogenia da geografia mineira, já aparente na fala da professora Janine Le Sann, torna-se ainda mais evidente em sua fala, que aponta que o objeto de estudo dos geógrafos mineiros é o próprio estado, e que este, lhes basta enquanto fonte de pesquisa e inquietações. Minas é comparada em alguns trechos a um país, seja por sua extensão territorial, seja por sua relevância política e econômica. A influência da geografia mineira em relação as demais geografias brasileira, outrossim, é posta como fundamental, chegando a comparar com a influência outrora exercida pela matriz francesa.

Em seu conjunto, os relatos aqui trazidos, bem como outros colhidos ao longo da pesquisa nos apontam a existência de um campo muito específico de pesquisa adotado pela geógrafos mineiros – em especial aqueles oriundos do curso ofertado na UFMG. Essa identificação existente entre os próprios docente para como território mineiro foi, em nosso entendimento, crucial para o desenvolvimento dos estudos regionais desenvolvidos no período aludido no presente artigo. Esses relatos denotam ainda que a mineiridade, de fato, não se apresentava como uma questão a esses profissionais, mas como uma espécie de a priori, uma realidade em si mesma, e por si mesma entendida.

De maneira complementar aos relatos colhidos, realizamos também consultas a algumas

¹⁰ Instituto de Geociências Aplicadas. Como órgão autônomo o DGMG existiu até 1971 quando, por fusão com o semi-desativado Departamento de Geologia, foi transformado no Instituto de Geociências Aplicadas, órgão integrante do Conselho Estadual do Desenvolvimento (Lei N.5792, de 08/10/71). Com a transformação do conselho em Secretaria de Planejamento – SEPLAN, o IGA passou a pertencer àquela pasta. Em 1976, quando da criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia, o Instituto tornou-se órgão integrante de seu sistema operacional (Lei N.6953, de 16/02/76). Em 23/07/92, voltou a ser órgão da Administração indireta do Estado, passando a integrar o organograma do Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC. Por fim, em 28/7/1997, o IGA deixou a tutela do CETEC, transformando-se em autarquia, com autonomia orçamentária e obrigação de gerar recursos para fazer face as suas próprias despesas. (AMADO, s/d, s/p.)E. A. História do órgão geográfico, cartográfico e geológico oficial do estado de Minas gerais. Disponível em http://www.iga.br/SiteIGA/mapas/cgi/IGA_09_Historico.php. Acesso em 23/12/2013.

¹¹ Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. .

¹² Projeto empreendido entre 1970 e 1985 com o intuito de documentar as características e recursos naturais do Brasil utilizando imagens de satélite e trabalhos de campo. O projeto esteve vinculado ao Ministério de Minas e Energia por meio do Departamento Nacional de Produção Mineral.

¹³ Autarquia estadual responsável pelo planejamento da RMBH durante o Regime Militar.

produções dos docentes do curso de geografia da UFMG¹⁴. O tamanho restrito do presente trabalho novamente nos cerceia uma exposição mais elaborada dos conteúdos consultados, bem como uma análise mais profunda dos mesmos¹⁵. Dessa maneira traremos aqui apenas um panorama dessas publicações, tendo em vista os temas mais citados e as formas de abordagem dos mesmos.

Durante as décadas concernentes a nosso estudo, um considerável número de trabalhos foram publicados por variados órgãos de planejamento ligados ao Estado em Minas Gerais, tais como Diagnósticos de economia, estudos populacionais, levantamentos vegetacionais, elaboração de modelos de desenvolvimentos para as cidades de médio porte, levantamento do patrimônio histórico e artístico do estado, entre outros. Todos esses trabalhos contaram com a participação de geógrafos oriundos do curso de geografia UFMG, ora como autores, ora como membros do corpo técnico, ora como chefes da comissão editorial. É a respeito desses trabalhos que versaremos.

Em 1968 foi realizado o primeiro grande estudo sobre a economia mineira, desenvolvido pelo BDMG. Naquela ocasião, os professores do Departamento de Geografia da UFMG, Getúlio Vargas Barbosa e David Márcio dos Santos Rodrigues foram dois dos principais responsáveis por esse levantamento. Em 1978, por ocasião dos dez anos desse primeiro estudo, a SEPLAN realizou um novo e aprofundado estudo acerca da economia do estado, intitulado *Ensaio sobre a economia mineira*. Esse novo estudo foi publicado em doze volumes, sendo cada um deles escrito por um grupo distinto de autores, mantendo, contudo, uma comissão permanente responsável pelo mesmo. O então professor do Departamento de Geografia, Roberto Messias Franco fez parte dessa comissão, bem como foi responsável por escrever junto com outros sete¹⁶ autores o Volume XII da coleção. A realização de tal estudo é justificada em suas páginas iniciais pelo então governador do estado Levindo Ozanan Coelho.

Alguns problemas identificados são antigos, mas assumiram contornos diferentes face às novas condições e aspirações econômico-sociais do Estado; outros são emergentes das transformações ocorridas. Buscar equacioná-las e dar-lhes solução adequada é a responsabilidade que nos coloca. (SEPLAN, VOLUME XII, 1978: s/p).

Em complemento o então secretário de Estado do Planejamento, Hélio Braz de Oliveira Marques aponta que

A proposta decorreu da consciência de que o estado experimentou, na última década, amplas transformações quantitativas e qualitativas em sua economia. Concordou-se assim, quanto à necessidade de que o Estado viesse a se revelar de corpo inteiro, analisando-se quanto **ao progresso alcançado**, verificando as **áreas críticas a serem superadas** e questionando sobre possíveis linhas novas de ações. (SEPLAN, VOLUME XII, 1978: s/p, grifo nosso).

O ensaio que notadamente busca dar conta das questões afeitas ao desenvolvimento econômico do estado de Minas Gerais, traz de maneira incisiva a preocupação como o desenvolvimento sustentável – então chamado ecodesenvolvimento – que começava ganhar força na década de 1970. Essa conjugação sempre tênue entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental é tratada no estudo de modo a ressaltar as *qualidades* do estado mineiro, sejam elas

¹⁴No período evocado pelo presente estudo, as produções bibliográficas ainda eram bastante incipientes, sobretudo se comparada aos tempos atuais. Assim sendo, nos coube recorrer a algumas publicações não diretamente assinadas pelos ex-docentes do curso, mas por órgãos estatais de planejamento extremamente ativos no período, e que tinham em seus quadros profissionais oriundos do curso de Geografia da UFMG. Ressaltamos ainda que alguns desses docentes eram diretores dos órgãos pesquisados e/ou eram diretores das publicações analisadas.

¹⁵Cf. Leloup (1970), Ribeiro & Bueno (1982) e em Bonifácio (2015).

¹⁶Clovis Walter Rodrigues, Eustaquio Matias Lobato, Henrique Alves de Minas, Hugo Túlio Rodrigues, Jose Claudio Junqueira Ribeiro, Julio Cesar Duarte, e Octávio Elísio Alves de Brito .

naturais, históricas ou econômicas. Ao tratar, por exemplo, da degradação ambiental na RMBH¹⁷, o relatório volta até o período dos bandeirantes, de modo a enaltecer as riquezas naturais da região.

Fernão Dias buscando as esmeraldas da Lagoa de Vupabussu e da Serra Resplandecente, atingiu as cabeceiras do Rio das Velhas, e desceu até o São Francisco. Daí infletiu para a direita e chegou à região de Teófilo Otoni em busca de pedras verdes, as esmeraldas que ele não encontrou, e sim os berilos e os quartzos de todas as cores. (SEPLAN, VOLUME XII, 1978: 26).

Este se apresenta como um tom de todo o estudo, que traz com frequência epígrafes e citações de poetas, naturalistas e bandeirantes em que as riquezas naturais e vida pacata das Minas Gerais assumem o centro da narrativa. Ao final do último volume da coleção, uma série de recomendações quanto aos rumos do desenvolvimento do estado são apresentadas, dentre as quais duas parecem – a primeira vista – destoar das demais.

Enquanto as demais diretrizes apontam para questões notadamente econômicas e/ou caras as questões ambientais, essas relacionam muito mais com as questões culturais e patrimoniais do estado. São elas: “cadastramentos, levantamentos e análises do patrimônio artístico, cultural, etc.” e “levantamento do patrimônio artístico, cultural, cênico e histórico”. Além de serem praticamente idênticas, elas remetem a questões que parecem fugir do cerne do relatório. Tais apontamentos marcam é certo, o início de um momento áureo para o ecoturismo em Minas Gerais, mas ao mesmo tempo evidenciam – como apontaria Benjamin (1996) – um cortejo dos monumentos históricos do estado, que são sempre trazidos à tona ainda que pareçam em nada se relacionar ao tema tratado. Esse “cortejo” foi levado a cabo pelo próprio professor Roberto Messias Franco, um dos autores de outra coleção acerca do estado. Em 1975, a Fundação João Pinheiro¹⁸, publicou em cinco volumes os *Atlas de monumentos históricos de Minas Gerais*. Neste estudo a preocupação com as questões históricas e culturais aparecem de modo ainda mais contundente, revelando um discurso arraigado sobre a mineiridade. Mais uma vez, os relatos de poetas e viajantes são chamados a constituir o discurso que se buscou empreender.

O solo deste planalto é fértil, em parte úmido e pantanoso, e coberto de excelentes pastagens. Despida de todo bosque e arvoredo, que poderia ser suprimido em breve pela cultura, uma região tão idílica seria dentre em pouco transformada na mais linda e fértil paragem, enquanto que hoje oferece a mais triste imagem do abandono. Em parte o preconceito dos brasileiros de não poderem plantar nos campos porque aí, sem adubos que ignoram a vegetação não se desenvolve como nos terrenos de matas, mas principalmente o interdito posto à colonização dos terrenos diamantinos, fazem com que estas paragens altas e frescas, banhadas por fontes cristalinas, fiquem assim, abandonadas, desertas, quando feliz entretanto seria um outro que aqui viesse estabelecer-se com a criação de gado, aproveitando as lindas pastagens que aí oferecem inutilmente suas gramíneas. (BARÃO VON ESCHWEGE *apud* FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1975a).

Essa é a tônica dos *Atlas de Monumentos Históricos e Artísticos de Minas Gerais*, interpelar seus leitores como sujeitos constituintes de uma sociedade específica: a sociedade mineira. Esse teatro da interpelação (Pêcheux, 1996) se realiza por meio apelo à história e a cultura do estado, representada pelas cidades que a coleção abarca.

Agrupam-se aqui, como áreas adjacentes e Conceição do Mato Dentro, Serro e Diamantina, municípios que, tendo pertencido administrativamente ou não a essas unidades politicamente mais antigas e importantes do Circuito Diamante, a eles se

¹⁷ Região Metropolitana de Belo Horizonte.

¹⁸ A FJP objetiva realizar estudos, projetos de pesquisa aplicada, prestar suporte técnico às instituições públicas e privadas, formar e capacitar recursos humanos, bem como coordenar o sistema estadual de estatística. Fonte: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/finalidades-e-competencias>.

acham ligadas pelas mesmas tradições históricas e culturais, bem como pelas características geográficas e a formação econômica. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1975b: s/p).

Do mesmo modo elementos como a arquitetura, a religiosidade e as festas típicas são recorrentemente mencionadas nos textos.

O legado em arte e arquitetura religiosa vindo desde o período colonial e ainda existente no município de Conceição do Mato Dentro está entre os mais valiosos e importantes da região. Se suas igrejas e capelas, algumas das quais remarcadas por alterações sofridas ao longo do tempo não chegam impressionar à primeira vista por qualquer lance de maior arrojo arquitetônico, chama-se sempre atenção pelo cuidado ornamental nos interiores dos principais monumentos, como que a compensar a simplicidade das fachadas e plantas. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1975c).

Muitos foram os estudos em escala regional realizados por ex-docentes da geografia UFMG, principalmente elaborados pelos professores Oswaldo Bueno Amorim Filho e Roberto Messias Franco. Não tivemos ainda oportunidade de aprofundar devidamente nesses estudos, mas certamente o faremos na continuidade da pesquisa, pois consideramos que tais produções são centrais na busca pela compreensão de nosso objeto.

Entendemos que essas produções são de suma importância para compreender a ressignificação da mineiridade, e o papel estratégico por ela assumida frente aos projetos de integração nacional desenvolvidos no período aqui aludido. Essa importância torna-se ainda mais notória quando se leva em consideração que esses mesmos profissionais que elaboraram estudos referentes à cultura e à sociedade mineira, produziram no mesmo período – por vezes na mesma publicação – diagnósticos econômico-políticos, que subsidiaram diversas ações estatais. Alguns desses profissionais foram pioneiros na realização de relatórios de impactos ambientais – que neste período ainda não eram obrigatórios – para a implantação de grandes empreendimentos. Esses mesmos professores ocuparam em diversos momentos – inclusive recentemente – cargos mais altos na burocracia estatal, tanto na esfera do governo estadual, quanto federal. Nesse sentido ressaltamos novamente que a busca pelo entendimento do período aqui estudado não se esgota no tempo/ espaço abarcado inicialmente, mas se propaga e se desdobra em outros tempos e espaços, bem como em outros temas que ainda serão mais bem trabalhados no desenrolar da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontamos o acontecer de nossa pesquisa desvela possibilidades que inicialmente nos eram ocultas, obrigando-nos a empreender novas investigações. Dessa forma, além da continuação da pesquisa bibliográfica e da realização de entrevistas tendo por foco as questões ligadas à mineiridade enquanto mitologia, as recentes produções nos apontam para novas direções. A principal delas, e que, certamente nos ateremos nos próximos trabalhos diz respeito à possibilidade da existência de uma geografia essencialmente mineira. Tendo em vista as especificidades do estado/província, tanto no campo político/ econômico, quanto no que se poderia chamar de geografia física, a geografia em Minas nos parece ter adquirido um caráter distinto das demais *geografias brasileiras*. O que pode ser evidenciado desde os anos iniciais do curso, quando este foi fortemente influenciado pela matriz alemã, ao passo que a geografia brasileira sempre foi mais próxima à geografia francesa¹⁹. Mesmo quando o curso da UFMG passou a ter forte influência francesa, a inserção desta parece ter ocorrido de modo distinto a outros centros brasileiros como Rio de Janeiro e São Paulo²⁰. Nossa hipótese ganha força, sobretudo a partir dos relatos dos ex-docentes, e que denotam uma grande endogenia da geografia mineira. Se por um lado parece-nos clara (1) a

¹⁹Cf. Batista (2014).

²⁰Cf. Bonifácio (2014).

influência da geografia da UFMG para a resignificação da mineiridade, por outro ainda será necessário melhor averiguar as questões afeitas (2) a uma possível geografia mineira. Talvez o primeiro constitua um campo profícuo para que o segundo se consolide enquanto *habitus*/ campo (Bourdieu), mas esta é uma discussão ainda por empreender.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. **Dialética Negativa**. Tradução: Eduardo Soares Neves, Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. Sociedade. In: *Sociologia e sociedade: Leituras de introdução à sociologia*. Marialice Mencarini e Foracchi e José de Souza Martins. (orgs.). Rio de Janeiro: LTC S/A, 1977.

ALBERTI, V. **O que documenta a fonte oral?** Possibilidades para além da construção do passado 1996 (Texto disponível no Portal do CPDOC).

AMORIM, M.A.B.V. História, memória, identidade e História oral. In: *Jus Humanum – revista eletrônica de ciências jurídicas e sociais da universidade cruzeiro do sul*. São Paulo, v. 1, n. 2, jan./jun. 2012.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Hucitec: São Paulo, 6º Ed, 1992.

BATISTA, B. T. O curso de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais:1939-1969. Relatório de final de Iniciação Científica. Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. Obras Escolhidas. Vol 1. São Paulo: Ed.Brasiliense, 1996.

BONIFÁCIO, F.R. O curso de geografia das universidades federais de Minas Gerais e Uberlândia, a memória dos docentes (1940-1980) – Os acordos de cooperação com universidades francesas: em cena o planejamento territorial. Relatório PIBIC, 2014.

BONIFÁCIO, F.R. O curso de geografia das universidades federais de Minas Gerais e Uberlândia, a memória dos docentes (1940-1980) – Mito e ato na produção do território mineiro. Relatório PIBIC, 2015.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. – São Paulo: Brasiliense, 2004a.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004b.

DEL GAUDIO, R. S. Ideologia nacional e discurso geográfico sobre a natureza brasileira. Lutas Sociais (PUCSP), v. 17/18, p. 48-63, 2007.

DEL GAUDIO, R. S; PEREIRA, D.B. “O curso de Geografia das Universidades de Minas Gerais e de Uberlândia: memória dos docentes”. Belo Horizonte, UFMG, 2012. Projeto de Pesquisa.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas** : uma arqueologia das ciências humanas / Michel Foucault ; tradução Salma Tannus Muchail. — 8ª ed. — São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Atlas de monumentos históricos de Minas Gerais: Circuito

Diamante, IV Vol. – Diamantina. 1975a.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Atlas de monumentos históricos de Minas Gerais: Circuito Diamante, V Vol. – Áreas adjacentes a Conceição do Mato Dentro, Serro e Diamantina. 1975b.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Atlas de monumentos históricos de Minas Gerais: Circuito Diamante, I Vol. – Conceição do Mato Dentro. 1975c.

HOBBSAWM, E. J.; RANGER, T. O. (Terence O.). **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LACOSTE, Y. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**, tradução: Maria Cecília França – Campinas, SP: Papyrus, 1988.

LEFEBVRE, Henri. A “práxis”: relação social como processo. In: *Sociologia e sociedade: Leituras de introdução à sociologia*. Marialice Mencarini e Foracchi e José de Souza Martins. (orgs.). Rio de Janeiro: LTC S/A, 1977.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LELOUP, Y. **Le Villes du Minas Gerais**. In Université de Paris, Institut des Hautes Etudes de Amerique Latine. Paris : 1970.

NUNES, J.H. Léxico de Lacunas: quando a representação da língua falha. In: *Estudos lingüísticos*, São Paulo, 37 (3): 61-69, set.-dez. 2008.

PÊCHEUX, Michel. O mecanismo de (des)conhecimento ideológico. In: Um mapa da ideologia/Theodor W. Adorno... [Et. al]; organização Slavoj Zizek; tradução Vera Ribeiro – Rio de Janeiro: Contraponto, 1996; p. 143-152.

RIBEIRO C.M.; BUENO, M.E.T. **Description of the Belo Horizonte** – ouro Preto feld trip área. FJP: Belo Horizonte, 1982.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. 5. ed. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SERVILHA, M.S. O Vale do Jequitinhonha entre a di-visão pela pobreza e sua ressignificação pela identificação regional. Tese de doutorado em Geografia apresentada a UFF, 2012.

SEPLAN, Ensaio sobre a economia mineira – XII Volume: Meio ambiente em Minas Gerais, 1978.

THIËSSE, Anne-Marie. As identidades nacionais: um paradigma transnacional. In: DEL GAUDIO, R. S.; PEREIRA, D. B.(orgs.) **Geografias e ideologias: submeter e qualificar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

WIRTH, J. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.